

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano II nº 001 **09/01/2006** - Fone: 3340
 3066

Cotação de Preços (09/01/06)	Recortes
<p>Grãos (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Feijão carioca- R\$ 60,00 a 70,00 / sc de 60 kg Fonte: COARP</p> <p>Milho – R\$ 14,25 / sc de 60 kg</p> <p>Soja – R\$ 26,00 / sc de 60 kg Fonte: COOPA-DF</p> <p>Hortaliças (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Alface – R\$ 10,00 / cx de 7 kg</p> <p>Beterraba – R\$ 22,00/ cx 20 kg</p> <p>Cenoura – R\$ 22,00 / cx 20 kg</p> <p>Chuchu – R\$ 7,00 / cx 20 kg</p> <p>Couve Manteiga – R\$ 0,50 / (maço 500 g)</p> <p>Couve Flor – R\$ 14,00 / Dz</p> <p>Mandioca – R\$ 7,00 / cx 20 kg</p> <p>Morango – R\$ xxxx / caixa (04 cumbucas de 350 g)</p> <p>Pimentão – R\$ 18,00 (Campo) a 20,00 (Estufa) / cx 12 kg</p> <p>Repolho – R\$ 9,00 / sc 20 kg</p> <p>Tomate – R\$ 20,00 / cx 20 kg Fonte: CEASA-DF</p> <p>Fruticultura (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Goiaba – R\$ 25,00/ cx 20 kg</p> <p>Maracujá – R\$ 1,30/ kg</p> <p>Tangerina Ponkan - R\$ xxx/ cx 20 kg</p> <p>Limão – R\$ 6,00 / cx 20 kg Fonte: CEASA-DF</p> <p>Pecuária</p> <p>Bovino</p> <p>Arroba – R\$ 50,00 NR e R\$ 52,00 R Fonte: FNP / FRIGOALFA</p> <p>Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelrados) – R\$ 330,00 a 350,00 Fonte: Zoonews\ Ezio – Padre Bernardo</p> <p>Leite</p> <p>litro – Latão: R\$ 0,43 ; Tanque: R\$ 0,48 Fonte: Araguaia</p> <p>Suíno - Vivo</p> <p>Kg – R\$ 2,40 Fonte: Asa ALIMENTOS</p> <p>Aves – Frango Vivo</p> <p>Kg – R\$ 1,28 Fonte: Asa ALIMENTOS</p> <p>Carneiro</p> <p>Kg - R\$ 3,00 (Borrego) – carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha e carneiro para descarte – carcaça R\$5,80 Fonte : LM</p>	<p>SC cria selo para atestar padrão de flores e plantas</p> <p>Santa Catarina é o primeiro estado brasileiro a criar um certificado para atestar que suas flores e plantas ornamentais seguem padrões internacionais de qualidade na produção. O Selo FloraBrasilis, criado e conferido pela Associação dos Locatários, Usuários e Proprietários de Mercado de Flores e Plantas Ornamentais de SC (Mercaflor), tem respaldo da associação alemã European Retailers Produce Working.</p> <p>Fonte : Correio do Povo</p> <p>BB libera mais R\$ 2 bilhões para a safra 2005/06 em janeiro</p> <p>O Banco do Brasil vai disponibilizar, por meio das diversas linhas de crédito, mais R\$ 2 bilhões aos produtores rurais em janeiro de 2006. Destaque para: financiamento da safra do Nordeste; compra de insumos destinados à safra de inverno; safrinha; custeio de cana-de-açúcar; custeio pecuário, custeio para integração de aves e suínos; comercialização (EGF, desconto de NPR, LEC e crédito agroindustrial; CPR. As informações são da assessoria de imprensa do Banco do Brasil).</p> <p>Fonte : Agrolink</p> <p>IBGE prevê colheita 13,2% maior neste ano</p> <p>O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevê que a safra agrícola em 2006 será 13,2% maior que a do ano anterior, totalizando 127,612 milhões de toneladas.</p> <p>O gerente de Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, Neuton Alves Rocha, disse que as perspectivas das condições climáticas no Sul são melhores, o que deverá levar a região a retomar, na safra de 2006, a liderança nacional, com 41,8% da produção de grãos, contra 33,2% do Centro-Oeste.</p> <p>No ano passado, a produção nacional de grãos foi reduzida em razão de fenômenos climáticos. A safra brasileira de grãos de 2005 teve quebra de 5,51%, ou 6,5 milhões de toneladas, na comparação com a de 2004. Foram colhidos 112,715 milhões de toneladas de grãos no ano passado.</p> <p>Ele lembrou que a seca fez a região Sul perder a liderança na produção nacional de grãos para o Centro-Oeste. No ano passado, o Sul foi responsável por 34,4% da produção nacional de grãos, enquanto o Centro-Oeste respondeu por 37,6%.</p>

Fonte: Gazeta Mercantil

Boi Gordo: Mercado lento com preços estáveis

Poucos negócios e preços estáveis. O mercado mantém a toada dos últimos dias. Em algumas localidades as escalas encontram-se especialmente curtas, como em Rondônia e Paraná. No primeiro caso, os frigoríficos atribuem o problema às chuvas intermitentes, que dificultam o acesso a algumas propriedades. Portanto, não haveria motivos para promover a valorização da arroba. Já no Paraná, a dificuldade de compra é realmente reflexo dos preços baixos. Mas em função dos entraves oriundos da aftosa, os frigoríficos também não se mostram dispostos a ceder reajustes. As programações de abate atendem, em média, 5 ou 6 dias. As mais longas se estendem para 8 ou 9 dias, mas também tem frigorífico comprando para abater no dia seguinte.

Em geral, a tendência é de preços estáveis. Ao longo de 2005, de janeiro a dezembro, na média das 25 praças pesquisadas pela Scot Consultoria, as cotações do boi gordo recuaram 8,7%, em reais nominais. As maiores retrações foram registradas em Campo Grande – MS (15,3%), Dourados – MS (14,5%), Três Lagoas – MS (14,3%), Paraná (13,9%) e em São Paulo, com queda de 13,3% tanto em Barretos quanto em Araçatuba. Não por acaso, estes Estados foram os mais afetados por embargos, após a descoberta de focos de febre aftosa. A menor retração foi registrada em Santa Catarina: “apenas” 1,8%. Não houve correções positivas. Em setembro, a cotação média do boi gordo paulista fechou em R\$50,88/@. A menor dos últimos 35 anos, com base em valores corrigidos pelo IGP-DI. Foi um ano difícil, mas acabou. Que venha 2006!

Fonte : Scott Consultoria

Município terá direito de cobrar 100% do ITR

De acordo com informações obtidas através da Agência Brasil (www.radiobras.gov.br), o presidente Luiz Inácio da Silva, na semana passada, sancionou a lei 4.896/2005, aprovada pelo Senado, que regulamenta a transferência total do ITR para os municípios e o Distrito Federal. A lei já está em vigor.

Pela lei, para ter direito a 100% da arrecadação do ITR, o município terá que arcar com a fiscalização e a cobrança do imposto (antes era atribuição da União) através de um convênio firmado com a Secretaria da Receita Federal.

Segundo informações dos técnicos da Receita Federal, a Lei 11.250 de 27/12/2005 regulamenta o inciso III do § 4º do artigo 153 da Constituição Federal sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), em que a União poderá delegar as atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento dos créditos tributários, a cobrança do ITR para as prefeituras e Distrito Federal com arrecadação de 100% do imposto, através de convênios. Hoje é repassado 50% da arrecadação para as prefeituras. A Secretaria da Receita Federal celebrará convênio com as mesmas e aquelas que optarem terão o direito a 100% da arrecadação do ITR. Esta opção não implicará na redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal o qual pertencerá apenas a legislação federal.

A Secretaria da Receita Federal baixará ato estabelecendo os requisitos e as condições necessárias à celebração dos convênios.

Fonte: Grupo Diário